

ASSEMBLEIA DE 15/6 DECIDE: A GREVE CONTINUA!



FOTOS: FLAVIA MARQUES/SEPE

Em assembleia massiva, realizada na Quadra da Escola de Samba São Clemente, no dia 15/6, profissionais das escolas estaduais decidiram pela continuação da greve iniciada no dia 17 de maio. Uma nova assembleia no dia 21 de junho (quarta-feira), às 13h, vai discutir os rumos do movimento em defesa do piso nacional para todos os educadores e do plano de carreira.

Após a assembleia, a categoria realizou ato na Av. Presidente Vargas, na altura da Cidade Nova, ocupando as pistas e se dirigindo em passeata para a Central do Brasil. [\(vídeo no instagram\)](#)



Agenda da greve

SEGUNDA, 19/06

ATOS DESCENTRALIZADOS E ASSEMBLEIAS LOCAIS

Para estudar tabelas do estado

Acesse:

bit.ly/TabelasEstadoAssembleia15jun

TERÇA, 20/06

**14h - REUNIÃO DO
COMANDO DE GREVE**

**18h - REUNIÃO DO
CONSELHO DELIBERATIVO**

Local: Auditório do Sepe

QUARTA, 21/06

**13h - ASSEMBLEIA GERAL,
SEGUIDA DE ATO PÚBLICO**

Local: Quadra da São Clemente
(Av. Presidente Vargas, 3102 -
Cidade Nova - Rio de Janeiro)

DINHEIRO TEM SIM!

Estudos apontam recursos para financiar o piso e o plano de carreiras



Relatório produzido pelo professor **Fábio Araújo de Souza** (*foto*), da Faculdade de Educação da UFRJ, sobre o financiamento da educação no Estado do Rio de Janeiro, comprova a não aplicação dos recursos da educação pública nos últimos anos, ao passo que os gastos de segurança (R\$ 15 bilhões) já chegam a aproximadamente o dobro do aplicado na educação estadual. O texto também mostra que o governo vem descumprindo a Constituição ao não destinar 25% da arrecadação ao ensino.

O material, produzido a pedido do Coletivo em Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx-UFRJ), é um instrumento importante para a luta da categoria, em greve desde o dia 17 de maio, já que desmascara o discurso do governador Cláudio Castro de que não há dinheiro no caixa estadual para atender nossas reivindicações. O estudo de Araújo é uma contundente confirmação de que há recursos sim para garantir a valorização dos educadores. O que falta é vontade política.

O professor participou de *live* promovida pelo Sepe no dia 12/06 (QR Code abaixo) assistida por quase três mil pessoas, na qual apresentou a pesquisa.

Araújo conclui afirmando ser mentira o argumento da falta de receitas para atender a pauta dos profissionais em greve. Segundo ele, existem R\$ 6,2 bilhões de receitas do estado que não foram aplicadas na Educação estadual desde 2018. Este montante permitiria ao governo atender integralmente às demandas da categoria. ■

Faça o download do **estudo** feito pelo professor Fábio Araújo, da UFRJ



bit.ly/RelatorioFinanciamentoEducaoRJ

Assista a **live** do Sepe com o professor, no dia 12/06, no Youtube



bit.ly/LiveFinanciamentoEducaoRJ

SAIBA MAIS

Segundo o TCE, entre 2018 e 2021, o governo deixou de aplicar na educação mínimo de **25% da arrecadação**, como diz a lei.

R\$ 2,7 bilhões

é a soma dos valores não aplicados nestes anos na educação.

A Lei 12.858/2013 manda que **75% dos recursos dos royalties** devem ser aplicados em educação. O governo do RJ descumpriu.

R\$ 3,5 bilhões

é o saldo acumulado, segundo o TCE, entre 2018 e 2022

+ R\$ 2,7 bilhões
+ R\$ 3,5 bilhões

= R\$ 6,2 bilhões

de receitas do estado não aplicadas na Educação estadual desde 2018

O QUE QUEREMOS:

A categoria reivindica o pagamento do piso nacional aos professores, a partir do nível 1 do PCCS, e o piso dos funcionários administrativos referenciado no salário mínimo – ninguém com menos que o mínimo de piso. Exigimos que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da educação (Lei 1.614/1990) seja cumprido.

SEIS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM AS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO*:

1 Revogação pelo governo do decreto nº 48.521/2023. O decreto do governo, publicado dia 29/05, descumpra o Plano de Cargos, Carreiras e salários (PCCS) da educação (Lei 1.614/1990), atinge apenas uma minoria dos professores e exclui totalmente os funcionários administrativos.

2 Aplicação do piso nacional do magistério, a partir do nível 1 do PCCS da educação, como determina a referida lei 1.614/1990 – ou seja, reivindicamos a garantia de que o nosso plano de carreira seja cumprido.

3 Aposentados e funcionários administrativos têm que estar contemplados no piso. No caso dos funcionários, a referência seria o salário mínimo nacional – nenhum funcionário deve ganhar menos que o salário mínimo de piso.

4 Nenhuma das disciplinas do currículo básico, na grade de todas as séries, com menos de dois tempos.

5 Sem desconto dos dias de greve.

6 Abono das faltas por greve desde 2016.

Demais pontos da pauta geral apresentada ao governo foram mantidos, entre eles:

- Revogação do Novo Ensino Médio;
- Cumprimento do pagamento da 2ª parcela (6,5%) do Acordo da Recomposição salarial (2017-2021);
- Migração dos servidores da ex-Faep para a Faetec;
- Regularização da situação dos animadores culturais;
- Migração para 30h;
- Convocação de todos os profissionais aprovados (professores e funcionários) em concursos;
- Novos concursos para o magistério e para as funções administrativas, entre elas as de manutenção de funcionamento, circulação e de assistência à educação (assistentes sociais e psicólogos etc.) como resposta à violência no ambiente escolar.

**#REVOGA
NOVOENSINOMÉDIO**

**X EXCLUDENTE
X PRECÁRIO
X ALIENANTE**



Próxima assembleia (21), debaterá as tabelas salariais

Tabelas e documentos preparados pelo Dieese e por membros da categoria serão discutidas na próxima assembleia geral para que a plenária aprove a proposta a ser enviada para negociação com o governo, com a aplicação do piso.

O conteúdo das tabelas será estudado e debatido anteriormente em assembleias locais, promovidos por núcleos e regionais.

Faça o download dos documentos no site do Sepe, incluindo estudo do Dieese sobre finanças do Estado.



**ACESSE O QR CODE E
FAÇA O DOWNLOAD DAS
TABELAS SALARIAIS
DA REDE ESTADUAL
NO SITE DO SEPE-RJ**



OU DIGITE
bit.ly/TabelasEstadoAssembleia15jun

bit.ly/TabelasEstadoAssembleia15jun

Piso para os funcionários é fazer justiça para quem também educa

Governo estadual não apresentou proposta de reajuste aos funcionários administrativos. A maioria recebe menos do que um salário mínimo no vencimento-base

Uma das pautas da greve da rede estadual que consta dos seis princípios votados em assembleia para nortear as negociações com o governo é a de que os funcionários administrativos têm que estar contemplados no piso. No caso dos funcionários, a referência seria o salário mínimo nacional para que nenhum funcionário ganhe menos que o salário mínimo. Atualmente, dois Projetos de Lei tramitam na Câmara dos Deputados, em Brasília, sobre o Piso Salarial dos funcionários:

PL 2.531/21, que institui o piso salarial nacional para os profissionais que trabalham nos setores técnico e administrativo das escolas de educação básica, que será de R\$ 2.164,68; o piso será pago para a jornada de trabalho de 40h semanais, garantindo-se a proporcionalidade do valor para jornadas diferentes. O projeto prevê a atualização anual do piso, em janeiro, com base nos índices de inflação.

PL 3.817/2021, que propõe criar o piso salarial nacional do secretário escolar, de R\$ 1.821,70, ao portador de certificação de formação técnica em nível médio na especialidade (40h).



Segundo relatórios da CNTE, os dois projetos necessitam de ajustes para contemplar as demandas da categoria:

1. Estender o piso a todos os funcionários, mediante critério de profissionalização (art. 61 da LDB e Resolução CNE/CEB n. 5/2005, que

trata das quatro áreas da formação técnica-profissional e pedagógica dos/as funcionários/as), com equiparação do valor ao piso do magistério, definido para a modalidade Normal de nível médio.

2. Sanar o vício de iniciativa através de um projeto de lei do Poder Executivo, vinculando o piso aos planos de carreira dos funcionários.

3. Ultrapassar as barreiras da constitucionalidade no STF, à luz da Emenda Constitucional 128, prevendo a complementação da União aos entes que necessitarem de aporte financeiro para cumprir o piso dos funcionários. ■

	REF	VENCIMENTO-BASE ATUAL	COMO SERIA CORRIGIDO PELO SALÁRIO MÍNIMO
ENSINO SUPERIOR	I	R\$ 1.871,52	R\$ 3.077,76
	II	R\$ 1.732,89	R\$ 2.849,78
	III	R\$ 1.604,53	R\$ 2.638,69
ENSINO MÉDIO	I	R\$ 1.485,67	R\$ 2.443,23
	II	R\$ 1.375,62	R\$ 2.262,25
	III	R\$ 1.273,72	R\$ 2.094,67
ENSINO FUNDAMENTAL	I	R\$ 1.179,37	R\$ 1.939,51
	II	R\$ 1.092,01	R\$ 1.795,85
	III	R\$ 1.011,12	R\$ 1.662,82
ELEMENTAR	I	R\$ 936,23	R\$ 1.539,65
	II	R\$ 866,88	R\$ 1.425,60
	III	R\$ 802,66	R\$ 1.320,00



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040

www.seperj.org.br

[instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)

[facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)

[youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)

twitter.com/RjSepe

Faça parte da comunidade do Sepe no whatsapp para a greve estadual



Use o QR-Code ou digite o link:

bit.ly/Comunidade2SepeGreveEstadual

